

SURUÍ DO PARÁ: ASPECTOS DE UM PROCESSO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ENTRE UM GRUPO TUPI CONTEMPORÂNEO

Este projeto visa dar continuidade a uma pesquisa iniciada em 1975 entre os grupos indígenas habitantes do sudeste do Estado do Pará, onde a implantação de projetos desenvolvimentistas de caráter privado e estatal nas duas últimas décadas vem afetando sobremaneira a existência dessas populações tribais. De acordo com a mesma ótica que norteou o trabalho desenvolvido entre os Gavião-Parkatejê, grupo Jê-Timbira localizado naquela região,¹ a pesquisa a ser retomada entre os Suruí - grupo ^{Tupi-Guarani} contemporâneo de língua Tupi-Guarani - tem por objetivo enfatizar a sua perspectiva enquanto sujeitos de um intenso processo de transformação social, tal como se verifica na região como um todo. Trata-se de verificar o modo como diferentes grupos tribais lidam concretamente com as transformações e as interpretam.

Um possível desdobramento deste trabalho consistiria em apresentar uma abordagem comparativa das práticas distintas entre os Suruí e os Gavião-Parkatejê, considerando um caráter comum - ainda que com nuances particulares - das mudanças verificadas na região por eles habitada tradicionalmente.

O desenvolvimento da pesquisa abrangerá um levantamento bibliográfico detalhado acerca dos grupos Tupi contemporâneos, bem como dos movimentos sociais que ocorrem em regiões consideradas de "fronteira" (cf. MARTINS, J.S., ^{um estudo}). Serão realizadas consultas com pesquisadores que se dedicam a estudos similares, bem como ^{viagem} [uma viagem] ao campo.²

¹ FERRAZ, Iara, "Os Parkatejê das matas do Tocantins e a epopéia de um líder Timbira", dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 1984, mimeo.

² Em outubro de 1984 foi-nos concedido pelo CNPq um auxílio de viagem que, por motivo de força maior, só será realizada em outubro próximo.

Os Suruí, que se autodenominam Aikewara, formam um grupo Tupi-Guarani do leste amazônico, constituído atualmente por cerca de 110 pessoas, o mesmo número que contavam por ocasião dos primeiros contatos com os dominicanos ligados à prelazia de Marabá em 1957. Nas proximidades do baixo rio Araguaia, a 70 km do município de São Geraldo do Araguaia, estão hoje fixados dois grupos que até 1982 formavam uma única aldeia. Estão localizados no interior da Área Indígena Sororó, onde a Fundação Nacional do Índio (Funai) instalou um posto de atendimento em 1973. As aldeias atuais dos Suruí estão situadas, respectivamente, a 6 e a 2 km de uma rodovia operacional (OP-2), aberta pelo Exército em 1972 (para o combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia) e ampliada em 1982, cortando a porção leste da área indígena, e ligando a rodovia Transamazônica ao norte de Goiás. Ao longo da estrada, a população é constituída principalmente por posseiros e pequenos proprietários de terras, com quem os Suruí estabeleceram laços de compadrio e amizade.

Seguindo a abordagem da "fricção interétnica", R. Laraia foi autor de trabalhos publicados sobre os Suruí (1963, 1965, 1967a e b, 1972a e b). Em 1961, ele contou apenas 40 pessoas que tinham sobrevivido às diversas epidemias de gripe e outras moléstias advindas com o contato, responsáveis pela depopulação acentuada. Segundo o autor (cf. 1967 b), foi um período marcado por profundas alterações no sistema de organização social Suruí.

A exploração dos castanhais situados na região (ao sul do município de Marabá) começou por volta do início da década de 40. Foi quando os então "aventureiros" - hoje latifundiários e chefes políticos locais - começaram a se estabelecer. Disputando castanhais no território Suruí, passaram a empreender expedições de extermínio ao grupo, com emboscadas e incendiamento de suas aldeias. Os Suruí refugiavam-se então nas cabeceiras dos igarapês - dos rios Sororó, Sororozinho e Grotão dos Caboclos - no interior do seu território tradicional; não empreenderam, deste modo, grandes migrações. A permanência no mesmo território, apesar de todas

as pressões, estaria ligada à própria relação com as antigas aldeias e os mortos e, portanto, calcada num plano mítico-religioso.

Com a ocupação da região, acelerada a partir do final da década de 60, por uma população de pequenos lavradores expulsos de outras regiões do país - notadamente de Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais - o contato dos Surui com estes regionais foi-se intensificando. A sua subsistência passou a depender, quse que exclusivamente, das trocas com os vizinhos e pequenos negócios que realizavam (venda de castanha-do-Pará, plantio de mandioca e fabricação de farinha em regime de "meia").

Os conflitos existentes entre os Surui e os kamará (como chamam os não-índios) eram, no entanto, devido a intrigas e à disputa pelo território tradicional, pelos castanhais. A tensão aumentava durante a época da safra de castanha (nas chuvas, de dezembro a maio), quando os grandes proprietários vizinhos invadiam, através dos coletores, as 'colocações'³ de castanha] situadas ao norte e a noroeste da área, porção que permaneceu "em litígio" desde 1969, quando uma área exígua lhes havia sido interdita, a pedido dos dominicanos da prelazia de Marabá, que os assistiam. Só em 1977 foi demarcada um área de 26 mil hectares para os Suruí, onde permaneceram excluídos seus maiores castanhais, antigos cemitérios e aldeias.

A possibilidade de rever essa demarcação - e então recuperar uma parte do território tradicional - surgiu a partir de 1982, quando um convênio foi firmado entre a Funai e a Cia.Vale do Rio Doce, com o objetivo de prestar assistência especial aos grupos indígenas localizados na chamada "área de influência" do Projeto Ferro Carajás.⁴

³ São concentrações de castanheiras na mata, onde os coletores constroem seus abrigos durante a época da safra.

⁴ Encontram-se em anexo dois relatórios elaborados em fevereiro p.p. em caráter de assessoria que então prestávamos à Cia.Vale do Rio Doce.

Com uma assistência precária através do Posto da Funai, sem castanhais e num ^{posto} território exíguo - onde a caça, principal fonte de subsistência, é rara - os Suruí passaram a se identificar e serem identificados pela população regional como "pobres", equiparando-se a sua grande maioria, os posseiros, com quem os Suruí estabeleceram laços de compadrio e solidariedade. Inúmeros moradores das redondezas procuram frequentemente a ^{o posto da Funai} aldeia em busca de medicamentos (no posto da Funai) e outras mercadorias, certos da boa receptividade por parte dos "caboclos", como são chamados os Suruí.

O crescente intercâmbio com a sociedade regional certamente ocasionou alterações significativas a nível da organização social Suruí, atingindo aspectos como as regras de casamento, a distribuição clânica (segundo Laraia, 1967 b), a divisão do trabalho e as atividades xamanísticas. A cosmologia Suruí, por sua vez, e as relações de poder vigentes entre o grupo deverão ser privilegiadas enquanto objeto de investigação nesta etapa da pesquisa; a operação de um sistema político-religioso específico subjacente à organização social Suruí caracterizaria um modo particular de convívio do Suruí com a população da região do baixo Araguaia, palco de intensos e recentes conflitos em torno da posse da terra. É exatamente a especificidade deste modo de "resistência" que permitiu aos Suruí sobreviver como grupo tribal e é esta articulação que procuraremos investigar.